

## A Europa Aberta e as Suas Fronteiras

Pedro Courela . IEEI

A iniciativa "A Europa Aberta e as Suas Fronteiras", co-organizada com as faculdades de Letras, Direito e Economia da Universidade de Coimbra, abordou dois grandes temas: por um lado, a pertinência de um debate sobre onde e como traçar os limites da Europa; por outro, a natureza das relações que a União Europeia deve desenvolver com aqueles países que num futuro próximo não têm possibilidade de se tornar membros.

O primeiro tema foi tratado em detalhe no primeiro painel - *Terá a Europa limites? A "fronteira"* no discurso político europeu actual – onde estiveram presentes Luis Filipe Lobo-Fernandes da Universidade do Minho, Miguel Gorjão Henriques e António Martins da Silva, ambos da Universidade de Coimbra. Os três oradores convergiram na ideia de que o projecto europeu é essencialmente um processo 'aberto' onde têm lugar aqueles países dispostos a aceitar os valores que o primeiro representa. Assim, um discurso em torno de uma identidade europeia, semelhante à identidade dos Estados nação, não faz sentido. É por isso fundamental reafirmar a natureza política da União Europeia e valorizar o alargamento como uma estratégia de estender a estabilidade à escala do continente. A discussão acerca das fronteiras deve, pelo contrário, centrar-se na necessidade de superar as divisões que subsistem nas nossas sociedades, nomeadamente no que respeita aos direitos dos cidadãos europeus.

O painel *A acção externa da União: que ambições e que meios?* procurou fazer uma análise daquilo que é na prática a política externa europeia. Os oradores – Luis Tomé da Universidade Autónoma de Lisboa e Alexandre Reis Rodrigues da Comissão Portuguesa do Atlântico – traçaram a evolução da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) para concluir que existem ainda vários dilemas que os líderes europeus devem considerar seriamente. Luís Tomé realçou a questão dos orçamentos de defesa dos Estados europeus para mostrar como estes estão longe do investimento que os Estados Unidos gastam nesta área. A Europa deve procurar também esclarecer o tipo de relações com outras organizações com funções no domínio da segurança internacional. Tomé referiu as Nações Unidas, enquanto Reis Rodrigues fez referência à necessidade da União definir de forma clara como vê o futuro das relações transatlânticas.

A terceira sessão plenária - *Alargamento e Vizinhança: balanço e perspectivas futuras* – foi sobretudo dedicada à Política de Vizinhança. Contou com as intervenções de Gergana Noutcheva do CEPS, Rui Cunha Martins e Licínia Simão da Universidade de Coimbra e Carlos Pacheco Amaral da Universidade dos Açores. O balanço da Política Europeia de Vizinhança (PEV) mostra que os países a quem foi estendida esta iniciativa têm reagido de forma diferente e esta reacção não obedece necessariamente a um critério geográfico. A questão do fim último da PEV (associação sem adesão?) apareceu ligado à análise da extensão do estatuto de vizinhos aos países do Cáucaso, sendo que a situação política nalguns destes é bastante frágil. Poderá a União, através da PEV, ter um papel decisivo na estabilização da região? De qualquer forma, o tom geral do painel foi de defesa de um conceito abrangente de vizinhança, adequado ao estatuto da UE enquanto região-charneira entre vários continentes, que utilize a fronteira não como instrumento de demarcação, mas antes de cooperação.

Estes temas foram depois abordados em maior detalhe nos três grupos de trabalho constituídos para o efeito, que trataram também as relações da Europa com regiões mais afastadas (como a China ou a América Latina), bem como a questão específica da adesão da Turquia à União Europeia.

Finalmente, o seminário encerrou com uma palestra sobre o tema do futuro da Europa proferida pelo líder do grupo parlamentar do Partido Socialista, Alberto Martins. Também aqui ficou patente uma atitude aberta perante a questão do alargamento e uma preocupação com a resolução do impasse político europeu. O deputado socialista vê na aprovação do Tratado Constitucional revisto um sinal importante de pujança do projecto da União Europeia, bem como um elemento essencial de um espaço comum que valoriza a coesão, a solidariedade e o respeito pelos direitos de todos os que o habitam.